

Audiência Pública ANP 20/2020 | 03.02.2021



Comentários e sugestões do IBP às minutas do pré-edital e do contrato de concessão.

17ª Rodada de Licitações da ANP.

Principais comentários e sugestões do IBP

Regras aplicáveis aos
Blocos Off Shore
situados na
Plataforma Continental
Estendida (PCE) -
Pre-Edital e Contrato



Visão Jurídica - Blocos Situados na Plataforma Continental Estendida (“PCE”) - Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (International Seabed Authority - “ISA”) .

- Não há previsão na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (“CNUDM”) para substituição do Estado costeiro (devedor do encargo) pelas concessionárias quanto à obrigação de efetuar pagamentos à ISA.
- Lei do Petróleo não prevê que as concessionárias façam pagamentos diretamente à ISA ou repassem à União os montantes a serem pagos a título dessa contribuição.
- O pagamento dos encargos à ISA pelas concessionárias gera inconsistências na cobrança dos royalties e participações especiais e também nos procedimentos operacionais para pagamentos (ex. IRRF).
- A legislação fiscal não prevê a dedutibilidade para fins do IRPJ e da CSLL, nem o crédito do PIS e COFINS em relação aos encargos pagos em favor de terceiros, caso dos pagamentos à ISA.
- A ausência de dispositivo legal que regule os encargos devidos à ISA gera incertezas materiais e insegurança jurídica.

Pontos de Preocupação Adicionais - PCE

- Além das questões da ISA, a oferta de blocos na PCE agrega incertezas regulatórias e consequente insegurança jurídica, como por exemplo:
 - Licenciamento ambiental;
 - Questões relacionadas às normas de saúde, segurança e meio ambiente;
 - Levantamentos Sísmicos.

Principais comentários e sugestões do IBP

Pontos principais
de melhorias as
minutas
Contrato de concessão



Pontos de Preocupação Adicionais

- **Redução/levantamento das garantias financeiras - exigência de aprovação prévia dos dados técnicos (Cláusulas 5.9, 6.13.3 alínea “c” e 6.13.4).**
 - Segundo previsão da Resolução ANP 757/18, a **entrega dos dados se trata do requisito para abatimento do PEM**. A referida Resolução também determina que as empresas permanecerão responsáveis pela correção dos dados em caso de não conformidade, não havendo riscos ou prejuízos à Agência.
 - **Contudo**, na Minuta do Contrato da R17 (que reflete a prática adotada pela Agência), há **exigência de verificação do atendimento aos padrões técnicos dos dados** entregues à ANP como condição para a redução/devolução das garantias financeiras, o que demanda tempo para sua conclusão, obrigando os concessionários a renovar as garantias financeiras, impondo-lhes **custos adicionais** (advindos da desnecessária renovação), provenientes de processo burocrático de mera verificação de conformidade de parâmetros técnicos.
 - Esta proposta de melhoria é **fundamental** para as **empresas de pequeno e médio porte**, as quais seriam severamente impactados por tais **custos financeiros adicionais**.

Pontos de Preocupação Adicionais

- **Redução/Levantamento das Garantias Financeiras - cumprimento de objetivo exploratório (Cláusula 6.13.3 alínea “a”).**
 - **A redação da Minuta gera insegurança jurídica na medida em que se exige a aprovação prévia pelo regulador quanto ao objetivo exploratório do(s) poço(s).**
 - **A melhoria proposta visa preservar a segurança jurídica, garantindo que o objetivo exploratório aplicável à perfuração de poços seja aquele previsto no edital de licitações, sendo, por conseguinte, um dos parâmetros para a confecção das ofertas pelos licitantes.**

Pontos de Preocupação Adicionais

- Condicionantes para a Declaração de Comercialidade (Cláusulas 1.2.38 e 8.1.2).
 - A **Declaração de Comercialidade é a premissa fundamental do regime de Concessão**. Através deste ato, decorrente de percepções e conclusões técnicas, financeiras e operacionais – particulares de cada empresa, que assumem de maneira exclusiva todos os consideráveis riscos decorrentes das atividades de E&P.
 - **Condicionar a efetividade da Declaração de Comercialidade à aprovação do Relatório do Plano de Avaliação** agrega riscos adicionais ao projetos (possibilidade de ingerência do regulador) e traz uma série de problemas ao próprio projeto, tais como, postergação do início do prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento, início da Fase de Produção, etc.

Pontos de Preocupação Adicionais

- **Delimitação/Unificação dos Campos de Petróleo (cláusula 10.4).**
 - A regulação que será aplicável à delimitação/unificação dos Campos de Petróleo, vem sendo amplamente debatida entre a ANP e a indústria, com destaque para a realização pela ANP da Tomada Pública de Contribuições TPC 09/18, na qual foram coletados subsídios sobre aspectos relevantes para edição da regulação (*agrupamento de reservatórios; definição de reservatório contínuo e instalações e equipamentos a serem considerados*).
 - **Sugere-se suprimir** do contrato as disposições referentes à unificação/delimitação de Campos, evitando um desalinhamento entre as disposições da minuta do contrato e os termos da nova regulação.

Pontos de Preocupação Adicionais

- **Interpretação de Dados técnicos e geológicos. (cláusula 17.1.1)**
 - **Sugere-se suprimir** da cláusula de apresentação dos dados técnicos as suas interpretações, que se constituem em bens imateriais, cuja propriedade intelectual pertence a cada concessionário, sendo produzida com base nas premissas de cada empresa, e sensível do ponto de vista concorrencial.
 - Além disso, as interpretações e os modelos de geológicos / de reservatórios não são informações essenciais para o exercício do poder fiscalizatório da Agência.

Pontos de Preocupação Adicionais

- **Garantias de desativação e abandono. (cláusula 18.8)**
 - Embora o tema seja objeto de regulação específica (em fase final de conclusão), é **importante haver previsões gerais no contrato de concessão, compatíveis com a regulação de regência**, tais como:
 - i. Possibilidade de garantia prestada por empresa afiliada;
 - ii. Possibilidade de isenção do Concessionário da apresentação de garantia prestada por terceiros, em casos de comprovada robustez financeira e em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo; e
 - iii. Não exigência do concessionário performar as atividades de desativação/abandono em caso de execução das garantias (evitando dupla penalização).

Obrigado!